

Economia social e solidária: experiências educativas com base na cooperação e suas contradições

Social and solidarity economy: Educational experiences based on cooperation and their contradictions

Paulo Alfredo Schönardie¹

pschonardie@gmail.com

Nádia Scariot¹

nadia.scariot@gmail.com

Resumo. O tema deste artigo tem em seu cerne processos educativos inerentes a experiências de economia social e solidária. A reflexão parte da hipótese de que a economia social e solidária constitui, na cooperação entre sujeitos e coletivos, espaços privilegiados de educação. Os processos de educação e cooperação e a própria economia social e solidária, contudo, não estão livres de contradições. Para entender o proposto, apresentamos primeiro a conjuntura social da qual deriva a economia social e solidária. Posteriormente são descritas algumas experiências construídas solidariamente por catadores de materiais recicláveis. A partir do concreto nos é permitido refletir sobre a relação entre a educação e a cooperação, para, mais ao final, podermos aprofundar a temática criticamente, percebendo limites, problemas, possibilidades, potencialidades, contradições e questionamentos. Metodologicamente são importantes as experiências de educação e trabalho dos pesquisadores, além do embasamento na observação participante. Com o estudo, podemos afirmar que é fato que sujeitos e coletivos, ao participar de experiências solidário-coletivas, estão vivenciando a educação pela práxis, ou seja, os participantes se (re-)educam na condição de protagonistas, fazendo com que a economia social e solidária transcenda a fronteira do imediato.

Palavras-chave: economia social, economia solidária, educação, cooperação, catadores de materiais recicláveis.

Abstract. The main theme of this study focuses on educational processes inherent to experiences of social and solidarity economy. The reflection emerges from the hypothesis that the social and solidarity economy constitutes, in the cooperation among individuals and collectives, privileged spaces of education. The processes of education and cooperation and social and solidarity economy, however, are not free from contradictions. In order to understand what we purpose, we first present the social situation from which the social and solidarity economy is derived. Later some experiences are described resulting from joint efforts made by collectors of recyclable materials. Based concrete experiences it was possible to reflect on the relationship between education and cooperation so that, at the end, we were able to approach the theme more critically, noticing limits, problems, possibilities, potentialities, contradictions and questionings. Methodologically the educational and work experiences of the researchers are important and represent the basis of participant observation. From this study we can say that individuals and collectives, when participating in solidarity-collective experiences, experience education through praxis, that is, the participants re-educate themselves in the role of protagonists, making the social and solidarity economy transcend the immediate borders.

Keywords: social economy, solidarity economy, education, cooperation, recyclable materials collectors.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Rua do Comércio, 3000, 98700-000, Ijuí, RS, Brasil.

Introdução: um recorte conjuntural da economia social e solidária

A economia social e solidária está se constituindo, nas últimas duas décadas, como campo teórico, por um lado, e como objeto de ação do Estado, por outro lado. Por isso, tanto a sua definição quanto a sua institucionalização ainda são bastante incipientes. Sua raiz histórica, entretanto, é muito mais antiga. A solidariedade e sua face de inserção de sujeitos e coletivos tanto social quanto economicamente acompanham a humanidade em sua trajetória. Essas constatações permitem um variado e amplo campo de análise, seja ele de experiências específicas de economia social e solidária, da sua teorização, de seus matizes, ou a sua interpretação e crítica sob o ângulo de diferentes campos da ciência.

Nosso olhar e nossa ação têm privilegiado aspectos educativos inerentes à economia social e solidária. O ponto de partida deste estudo é, assim, a hipótese de que a economia social e solidária constitui, na cooperação entre sujeitos e coletivos, espaços privilegiados de educação. Os participantes se (re-)educam vivenciando processos de economia social e solidária. Fica evidente que a economia social e solidária traz consigo muito mais do que (re-)inserção social e econômica. Pelo olhar educativo, torna-se possível superar o imediatismo do resultado impetrado pela sociedade à economia social e solidária.

A cooperação entre sujeitos e coletivos está na base da economia social e solidária. Cooperação e solidariedade estão assim intimamente ligadas e são instrumentos de (re-)inserção humana na sociedade e na economia. Mas em nenhum momento pode-se esquecer o aspecto econômico presente nas práticas da economia social e solidária. Essa certa centralidade da economia é decorrente das conjunturas sociais em que os diferentes grupos e classes sociais estão inseridos. Nesse sentido, é preciso que saibamos objetivamente que vivemos em uma sociedade que se baseia no modo de produção capitalista. E é dentro do capitalismo que os protagonistas da economia social e solidária cooperam para construir seus espaços de vivências, seus espaços de vida, educando-se.

Sabendo que os processos de economia social e solidária são oriundos da conjuntura social capitalista, muitas vezes apresentando-se como forma de resistência perante as perversidades impostas pelo sistema produtivo vigente, torna-se premente um olhar his-

tórico-conjuntural, e quiçá possamos, assim, compreender e situar criticamente a economia social e solidária, ou pelo menos analisar com criticidade algumas iniciativas locais de economia social e solidária.

O modo de produção prevalecente em nossa sociedade, nomeadamente, o capitalista, é resultado de um secular processo de construção. Possui uma estreita relação com o também delineamento da modernidade, que difundiu o credo na razão, que elevou a ciência positivista com seus rígidos métodos ao pedestal mais alto. Foi difundida a ideia de que o progresso constante, com centralidade na técnica, levaria os seres humanos ao mais alto nível. Mesmo que a crença no constante desenvolvimento ainda prevaleça e que as ações de quem tem o poder aprofundem a perspectiva da modernidade capitalista, já se construíram conhecimentos suficientes, a partir da interpretação do real, para saber que a linearidade secular construída tornou-se perversa. A manifestação concreta desta perversidade se dá nas constantes crises econômicas, políticas, sociais e ambientais. Obviamente que a própria sociedade procura encontrar soluções, e a economia social e solidária é apresentada como uma possível saída. Já de antemão cabe perguntar, assim, como ela se apresenta em contextos locais? Certamente os desafios são enormes tanto para indivíduos quanto para coletivos e suas instituições, tais como o Estado.

Nas últimas décadas, a tônica agravante tem sido dada pelo neoliberalismo. Políticas estatais e ações da iniciativa privada têm agravado os problemas sociais e ambientais, consequentemente a situação econômica de muitos. E mesmo no Brasil, em que nos últimos anos há governos oriundos de grupos mais à esquerda, que concretamente reduziram a pobreza extrema, a perspectiva macro tem continuado neoliberal. A base deste novo e exacerbado liberalismo está em voltar seus interesses ao mercado, centrando e buscando uma sociedade de consumo que reifica a mercadoria em detrimento do humano, das relações sociais, das identidades, do pertencimento, da cultura, dos afetos e muitos outros aspectos sociais importantes. Por outro lado, as mudanças, impulsionadas pelo fluxo informacional, são cada vez mais rápidas, acontecem instantaneamente em diferentes locais da esfera terrestre. Estamos vivendo a era *técnico-científico-informacional* (Santos, 1994), que altera significativamente os modos de produção, as formas

de relação de trabalho, pessoal, cultural, entre outras, causando, assim, uma desconstrução do tempo e do saber, pois os conceitos de outrora estão debilitados: velhos paradigmas entram em crise, as tradições e os costumes enfraquecem, o mundo não reconhece mais as suas fronteiras, as informações se processam com muita rapidez, quer aconteçam aqui ou do outro lado do mundo, e prevalece a lógica do mercado. O novo contexto exige que se revejam velhos conhecimentos, uma vez que hoje tudo é novo e imediato. Novas escalas de valores são construídas, estas baseadas em um exacerbado consumo capitalista.

Essa nova economia, organizada em torno de redes globais de capital, possui uma lógica de desenvolvimento que exclui e cria formas de submissão em relação ao mercado de bens materiais e culturais, ao conhecimento e à questão biológica da vida em si. Ela produz também relações de poder em que aquele que tem subjuga o que não tem, e o não ter significa estar “fora do centro” e ser “empurrado” para a periferia onde historicamente estão situados os chamados cinturões de pobreza.

Nesse sentido, nas últimas décadas, alguns fatores vêm contribuindo decisivamente para o processo de transformação da sociedade, processo que se reflete, sobretudo, nas condições de vida dos seres humanos. Migrações maciças dos campos para centros urbanos e a aceleração supracitada do processo de consumo na sociedade são alguns dos fatores decisivos para a emergência de novas problemáticas. Ainda, a conjuntura de produção, a organização social suplantando o “ser” pelo “ter”, o paradigma econômico, a razão técnica, a instantaneidade informacional, entre outros, contribuem para suplantarem organizações e modos de vida seculares, trazendo, sem dúvida, alguns avanços, mas também sobretudo problemas.

Basta olhar à nossa volta para constatar-mos alarmantes cenários marcados pela desolação e degradação, tanto do espaço material quanto das práticas das relações tipicamente humanas. Essas realidades se manifestam globalmente, mas também localmente, ou seja, ao alcance de nosso olhar em regiões bastante distantes das metrópoles. Uma destas situações desumanas e ao mesmo tempo ambientalmente destrutivas se dá pelo acúmulo cada vez maior de lixo, agora muitas vezes cunha-

do pelo termo amenizador de resíduo sólido. Os problemas conjunturais decorrentes de nosso modo de produção tornam também degradantes, insalubres e desumanas as condições de vida e trabalho de um número cada vez maior de seres humanos, produzindo os excluídos da sociedade, aqueles que literalmente sobram, que não se enquadram mais no sistema produtivo, muito menos nos padrões de consumo cada vez mais artificializados. Parecem-nos termos fortes, mas poderíamos falar de “pessoas lixo”, pessoas que são relegadas como lixo da sociedade, pessoas vivendo em situação muito aquém do atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência biológica. Há, por um lado, o aumento da produção de lixo das sociedades de consumo, e, por outro lado, um número cada vez maior de excluídos que tiram seu sustento reciclando materiais no lixo depositado nas ruas e, o que é mais grave, usando sua força de trabalho, catando materiais diretamente nas condições mais insalubres possíveis, nos lixões².

O trabalho, embora tenha tomado formas diversas, continua, ainda, sendo central na vida dos seres humanos, em detrimento de valores tão ou mais importantes como, por exemplo, família, escola, lazer. Entretanto, as mudanças que vêm ocorrendo, decorrentes da reestruturação produtiva capitalista, a qual valoriza mais o conhecimento do que a mão de obra, têm deixado muitos trabalhadores à mercê da própria sorte, trabalhando em atividades em que eles não têm uma identificação direta, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis. Alguns destes, claro, já há muito tempo vivem na informalidade, sendo constituídos como trabalhadores temporários e de serviços gerais, porém, observa-se um fenômeno de trabalhadores nesta nova ocupação, advindos de empregos formais, como comércio, indústria, onde anteriormente tiveram carteira assinada e garantias sociais, ou mesmo da agricultura, em que o trabalho também se dava de forma bem mais organizada e numa outra lógica. São trabalhadores que, de repente, se veem obrigados a trabalhar como catadores e a produzir uma nova identidade, um novo entendimento de si e do mundo, um mundo que ajudaram a produzir, e que agora se vê às voltas com as sobras do que produziu, tornando-se também eles trabalhadores sobrantes.

² Local onde se depositam os resíduos (lixo) produzidos pelas pessoas. O lixo é jogado a céu aberto sem respeito nenhum às condições ambientais e de triagem e reciclagem de materiais.

Essa conjuntura força novas formas de organização. Uma delas é a economia social e solidária, que é forjada por grupos sociais, como, por exemplo, os catadores de lixo em sua situação premente. Para a Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro, a economia social e solidária é definida como o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas de forma solidária, autogestionária e coletiva pelos trabalhadores (Senaes, 2005), trazendo, conforme Sabourin (2009, p. 257), uma possível reinserção social aos envolvidos. Por esta definição é possível englobar amplos e diferentes grupos e classes sociais e suas formas de cooperação na economia social e solidária. Mas é importante destacar que a sua difusão se deu a partir da organização dos catadores de lixo. Aliás, para a sociedade em geral, economia social e solidária continua associada quase que exclusivamente à classe excluída que se sustenta trabalhando com o lixo.

É no bojo dessa conjuntura e dessa realidade que nos concentramos empiricamente em experiências de cooperação que têm sua base na economia social e solidária protagonizada por catadores de lixo. Como acima enunciado, partimos da hipótese de que os espaços de trabalho, de convivência, de sobrevivência (re-)educam todos aqueles e aquelas protagonistas diretos das experiências e mesmo aqueles e aquelas que apenas tangenciam através da observação. E, assim, certamente há produção de identidades, baseadas em princípios de autogestão, cooperação, solidariedade, pretendendo (re-)inclusão econômica e social. Utopicamente mesmo os mais relegados à exclusão possuem, assim, a possibilidade de um novo caminho e, ao mesmo tempo, são desafiados a tomarem suas próprias decisões sobre seu espaço, seu tempo e seu trabalho. Declinando da longínqua utopia, mais parece que as organizações de economia social e solidária de catadores de lixo, quando conquistam migalhas em condições completamente insalubres, retiram muito da responsabilidade do Estado e da sociedade mais ampla, servindo de paliativo à absoluta exclusão gerada por um modo de produção capitalista extremamente neoliberal. Estas são também problemáticas que tangenciam nossa questão de pesquisa.

Para ajudar na compreensão da problemática e da hipótese, formulamos alguns questionamentos adicionais: Qual é a conjuntura político-econômico-social que vivenciamos? Por

que pessoas vivem como sobras e de sobras da sociedade? Por que se organizam coletivamente? Há práticas de cooperação neste processo? O que são suas organizações? São elas espaços de educação? Seriam as iniciativas de economia social e solidária alternativas, paliativos, necessidades? São elas geradoras de identidades? E quanto aos limites e possibilidades? Trata-se de uma questão apenas social, ou há reflexos ambientais? E a responsabilidade dos poderes públicos e da sociedade civil? Mas chamamos a atenção de que são questionamentos que nos auxiliam, sem termos a pretensão de objetivar respostas, nem mesmo de esgotar os temas. Ficaremos contentes se conseguirmos provocar um pouco mais o debate com a sistematização de algumas de nossas experiências.

A presente sistematização é resultado de pesquisas dos autores, dentro dos grandes campos da educação, da economia social solidária, da cooperação e do cooperativismo. Busca-se também comunidade argumentativa através de revisão bibliográfica e a experiência auferida pelos pesquisadores, mediante assessorias e trabalhos em organizações de catadores, em empreendimentos de economia social solidária e cooperação. O campo empírico constitui-se sobretudo nas conversas informais cotidianas com catadoras e catadores, mas também através da interação com dirigentes e apoiadores de organizações de economia social e solidária, e inclusive com o poder público. Ainda, visitas feitas às organizações dos catadores, que permitem a observação das práticas e dos desafios enfrentados pelos seus protagonistas. Em suma, o presente trabalho resulta, sobretudo, de uma ativa observação participante, em que, conforme Becker (1999, p. 47), o pesquisador “observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas”. Nas ciências sociais, este tipo de observação é uma das técnicas metodológicas utilizadas, ganhando importância devido à intimidade criada pelos pesquisadores com o grupo pesquisado e, desta maneira, a possibilidade de apreender detalhes das relações. Aqui cabe ainda referir que os autores realizaram as primeiras intervenções empíricas sistemáticas, para a elaboração deste estudo, há mais de uma década. E agora, com as marcas do tempo, revisitam criticamente tanto as experiências de economia social e solidária quanto a possibilidade de aprofundamento analítico, permitindo percepções ‘entre a cruz e a espada’.

Tendo nossa hipótese como cerne reflexivo, procuramos compreender experiências educativas com base na cooperação. Para tanto, é mister primeiro apresentar experiências de economia social e solidária. Posteriormente refletir sobre a tessitura destas experiências com a educação e a cooperação, em que há uma relação direta entre cooperação e educação. Ao final, proporemos aprofundar a crítica, percebendo limites, problemas, possibilidades, potencialidades, contradições e muitos questionamentos. Aqui é oportuno lembrar, em forma de analogia, que as cruzadas ocidentais de séculos passados rumo à terra santa estão na base do modo de produção prevalecente, bem como eram guiadas pela união entre a cruz e a espada.

Um recorte de experiências de economia social e solidária

Nossa atuação educativo-social se dá na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Logo, as experiências de economia social e solidária que apresentamos e analisamos provêm deste território. Mais especificamente, delimitamos geograficamente dois municípios para neles pautar algumas experiências de economia social e solidária protagonizadas por catadores de materiais recicláveis. Baseamo-nos nos municípios de Ijuí e de Três de Maio, localizados em uma região rural camponesa, que possui o motor de sua economia baseado no setor agrário. Trata-se de municípios populacionalmente pequenos, possuindo respectivamente em torno de 70 mil e 24 mil habitantes. Seus núcleos populacionais possuem ares ainda provinciais, pacatos, mas já sentem a globalização da pobreza, resultado do desenvolvimento conjuntural supracitado. São concretos e cada vez mais graves e evidentes os problemas e as realidades de exclusão, da produção de lixo, da favelização e da pobreza, que associamos comumente apenas às grandes metrópoles.

No município de Ijuí, percebemos como necessária, primeiramente, a abordagem do pioneirismo local em experiências associativas, que têm na cooperação sua base. Posteriormente, direcionaremos 'o olhar' para a Acata Ijuí – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí. No município de Três de Maio, percebemos a necessidade, primeiro, de olhar para a organização do Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos (Cigres), pois sua organização antecede e de certo modo condiciona a criação da Associação

dos Seleccionadores de Materiais Recicláveis (Asmar), que também é parte de nossa análise.

É importante referir que não pretendemos aqui contar toda a história dessas experiências, mas fazer alguns recortes que nos ajudem a entender a problemática em foco.

Experiências associativas pioneiras em Ijuí

Antes de tudo, consideramos importante contextualizar o cenário local, que traz em sua história fortes traços dos ideais do associativismo e da cooperação. As décadas de 1950-1960, no Brasil, de acordo com Frantz (2005), foram marcadas pela intensa manifestação dos movimentos sociais que reivindicavam melhorias nas condições de vida, mais participação nos resultados da produção, na política e também uma educação que se voltasse às camadas menos favorecidas socialmente, por se acreditar que através desta as populações pobres poderiam se organizar no sentido de melhor entender sua situação e buscar uma solução mais compatível para seus problemas. É neste contexto que surge em Ijuí o Movimento Comunitário de Base de Ijuí (MCBI).

O MCBI foi criado em 1961, constituindo-se como um movimento social propositivo que visava à formação de sujeitos políticos, mediante organização da população em associações de bairros, sindicatos e cooperativas. Colaboraram para isto algumas condições já existentes, como o minifúndio, a modernização conservadora da produção agrícola, a existência da Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. (Cotrijuí) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafi). O principal objetivo do MCBI estava centrado na tomada de consciência da população, para que assumisse uma posição frente aos problemas da comunidade. Para Frantz (2005), tratava-se de uma retomada do sonho por lugares e tempos melhores, objetivando melhores condições de trabalho e de vida.

O MCBI colocou Ijuí no cenário nacional brasileiro, sendo conhecido em várias partes do país como precursor de experiências associativas e cooperativas. É a partir da retomada de experiências desta natureza que se acredita que um dos maiores problemas enfrentados em Ijuí hoje, bem como em todo Brasil e demais países da América Latina, a exclusão social, associada à pobreza, possa encontrar na forma associativa uma prática de resistência e ao mesmo tempo de (re-)inclusão.

Iniciativas populares como a dos catadores de materiais recicláveis, organizados na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí, podem reproduzir experiências da natureza do MCBI. Mas advertimos que não cabe idealizar nem os antecedentes históricos nem as atuais formas de economia social e solidária.

A Acata Ijuí

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí (Acata) foi criada no ano de 2005. Ela está localizada no bairro Luiz Fogliatto, em Ijuí, bairro que carrega o estigma de ser um reduto perigoso, habitado por vagabundos e marginais, pensamento que ocorre, em parte, devido a lá estar instalada a Penitenciária de Segurança Máxima e também porque a população local é muito pobre, abrigando muitos desempregados.

A ideia de esses trabalhadores se associarem e trabalharem coletivamente surgiu da necessidade de sobrevivência de aproximadamente 20 famílias de catadores que, devido à falta de escolarização e preparo técnico, idade avançada, condições de saúde, etc., não conseguiram mais uma colocação no mercado formal de trabalho. Para tanto, contaram com o apoio da Incubadora de Economia Solidária da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a qual já desde 2004 vem incubando e assessorando empreendimentos de economia solidária, que se baseiam nos princípios da autogestão, solidariedade e cooperação.

O fato de não terem uma sede própria fez com que continuassem a depositar os materiais coletados em suas casas e a vendê-los também separadamente. A maneira que encontraram para arrecadar fundos para o caixa da associação foi a contribuição de 5% sobre o montante vendido. Ao final de 2005, conseguiram junto a uma entidade sindical do município a doação de um terreno para construção de sua sede, porém os recursos para a construção somente foram obtidos em meados de 2006, junto a uma Organização Não Governamental – ONG da capital gaúcha, e a efetiva construção da obra ocorreu apenas ao final de 2006. Cabe salientar que ambas as aquisições – terreno e recursos financeiros – foram conseguidas pela

intervenção da Incubadora, a qual, por ser ligada à Universidade Unijuí, possui respaldo e credibilidade perante os órgãos financiadores, não sendo estas iniciativas, portanto, uma conquista exclusiva dos próprios associados.

Importante destacar que, nesta fase inicial, a associação não contou com qualquer tipo de apoio do poder público municipal, embora várias vezes a ele tenha recorrido. Existia até mesmo certa animosidade entre os catadores da Acata e os “outros” catadores, participantes do Projeto “Amigos do Papel”, o qual foi gestado e coordenado pela municipalidade de Ijuí. Dentre os benefícios iniciais dos participantes do Projeto “Amigos do Papel”, o Município organizou a distribuição mensal de ‘cestas básicas’. Por isso, muitos dos próprios catadores rotulavam a Incubadora da Universidade como ‘alguém’ que não lhes dava nada.

Como a Acata não recebe auxílios financeiros externos diretos e contínuos, a situação financeira sempre foi desagregante. Com o passar dos meses, os associados foram deixando de pagar o percentual de 5%, pois entendiam que nunca viam o dinheiro que lá aplicavam. Na verdade, o montante arrecadado era tão baixo que mal cobria as despesas com a manutenção dos carrinhos de recolhimento de materiais recicláveis, por exemplo. Porém, para eles que ganhavam muito pouco, aquela irrisória contribuição significava muito. Isso fez também com que muitos associados se desligassem da associação, uma vez que, ao se integrarem a ela, esperavam um significativo e rápido aumento de suas rendas. Como esta melhora não ocorreu, já nos primeiros meses a maioria dos associados entendeu que “essa história de entrá pra associação é papo furado” (Catador)³, que antes ganhavam a mesma coisa e ainda não precisavam pagar os 5%. Colaboraram também para a diminuição da renda dos catadores, à época de sua criação, a baixa do dólar, o qual influencia diretamente no preço de compra e venda das sucatas, e a pouca demanda por alguns tipos de produtos, fatos estes que não são levados em conta pela maioria dos catadores. O que conta é que, ao entrarem para a associação, lhes foi dito que trabalhar coletivamente lhes possibilitaria uma melhoria nas suas condições de vida, principalmente financeira. Dos 31 sócios iniciais, persistiam na associação, após alguns meses, apenas seis

³ Os entrevistados serão identificados apenas como ‘Catador’ para preservar suas identidades. As entrevistas foram realizadas entre 2003-2015.

associados. Sempre lhes foi difícil entender que também era sua responsabilidade “batalhar” para fazer a associação “decolar”. Por isso, no decorrer da última década, a rotatividade dos catadores associados sempre foi grande. Obviamente que outras condições, tais como a saúde dos catadores, ou a sua inserção eventual, mesmo que temporária, no mercado de trabalho formal, também são muito importantes para esta rotatividade.

Se antes da conclusão da obra de construção do galpão da Acata não ter o próprio espaço era um problema, posteriormente, a manutenção de custos fixos, como energia, água e a remuneração para quem cuida/vigia o galpão passou a ser desafio maior. O pequeno número de sócios, a dificuldade em repassar e gerir contribuições e a alta rotatividade do quadro social são algumas das causas das dificuldades. Estas dificuldades acompanham a Acata até o presente. A necessidade de sobrevivência de seres humanos é, entretanto, a base que mantém a Acata. A superação fez com que, no ano de 2015, a Acata tenha completando uma década.

Embora problemas se acumulem e muitas das conquistas se devam mais à intervenção da Incubadora de Economia Social e Solidária da Unijuí do que propriamente aos associados, acredita-se que esta experiência tenha servido de base para uma aprendizagem deste grupo de catadores, tanto para os que desistiram quanto para os remanescentes, principalmente para estes. Aos primeiros, mesmo que a desistência tenha significado mais uma derrota das tantas que acumulam, parece brotar ali uma inquietude pelo que não foram capazes de levar adiante, desta vez não porque tenham sido novamente considerados incapazes, até porque durante as intervenções da Incubadora sempre se ressaltou a importância do seu trabalho e da sua participação, mas principalmente porque foram desafiados a saírem de sua “zona de conforto”. Entende-se que aos que se sentiram incomodados por não conseguir dar conta de uma situação nova já é um passo adiante perceberem que a vida não é só isso: miséria e desolação; que existe algo a mais, para além do assistencialismo, para além de um discurso dominante que os considera incapazes perante uma situação de pobreza que já está legitimada, sendo, portanto, para eles, uma realidade que está posta e imposta. Mesmo que hoje não estejam em condições de fazer a crítica da situação em que se encontram, acredita-se que alguns conhe-

cimentos obtidos no convívio com os demais colegas deixarão respingos que, no futuro, poderão fazer a diferença para estes trabalhadores e trabalhadoras.

Aos que resistiram, embora, às vezes, diante das dificuldades também pensem em desistir, pode-se dizer que já se instalaram neles muitas aprendizagens. Dentre elas podem-se destacar as seguintes: a responsabilidade pelo que assumiram – a associação –, a persistência e a cooperação com seus pares, entendendo que se fazem necessárias no enfrentamento das dificuldades cotidianas, as novas relações que passaram a ter com a comunidade, com a universidade e o entendimento de que são frutos de um sistema, capitalista, que os “descarta” como trabalhadores, assim como faz com o lixo.

Esses novos conhecimentos adquiridos representam, na perspectiva de Foucault, um “cuidado de si uma prática social, [que dá] lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e até mesmo a instituições; [...] proporciona, enfim, um certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber” (1999, p. 50).

No que tange à sociedade, esta começou a valorizar o trabalho do catador quando o vê trabalhar de forma organizada. A repulsa sentida pelo lixo e por extensão atribuída ao trabalhador do lixo, uma vez que no imaginário social prevalece a imagem de “quem trabalha com o lixo com ele acaba por se parecer” (Juncá *et al.*, 2000, p. 22), passa a ser amenizada pelo fato de estarem trajando uniformes adequados: coletes, luvas, bonés, etc. No tempo presente, tanto os catadores quanto poderes públicos e parte da sociedade percebem os catadores como trabalhadores ambientais, como aqueles que fazem a limpeza da cidade, do ambiente. Espera-se, assim, que os catadores recolham o lixo produzido pela humanidade. Até um caminhão para tal função a Acata possui hoje. Aqui temos a certeza de que está se configurando uma das grandes controvérsias que irão acompanhar as organizações de economia social e solidária de catadores de lixo nos próximos anos, o que não temos condições de aprofundar neste estudo. Mas nos parece que, quando os catadores são tratados de trabalhadores ambientais e é esperado deles que limpem a ‘sujeira do mundo’, tanto a sociedade ampla quanto o poder público estão se eximindo da responsabilidade que carregam com a produção de lixo e com a obrigação da destinação correta destes materiais. Não estamos afirmando que os catadores não podem ser

enquadrados como trabalhadores ambientais, mas mais uma vez é possível perceber que sobre os ombros dos já excluídos, em suas condições de labuta insalubre, o modo de produção liberal-capitalista pretende descarregar mais um de seus problemas.

Entretanto, apesar das aprendizagens que estão se processando, da melhoria da autoestima desses trabalhadores, do reconhecimento da comunidade por esse tipo de trabalho, entende-se que, paralelamente a isso, a própria sociedade acaba criando certo modismo que faz apologia da figura do catador: ao querer sobrepular o nojo que está associado à atividade da catação, cai em outro extremo: o de fazer parecer que ser catador é, além de digno, também “bonito”, o que só colabora para a legitimação desta atividade, pois, na sociedade que cultua o belo em detrimento dos valores humanos, o que é bonito não precisa ser mexido, ao contrário, deve ser mostrado e exaltado e, por que não, seguido por alguns. No discurso de alguns catadores aparecem falas deste tipo:

Muitas pessoas incentivam, até pessoas ricas dizem: “ah, isso que eu acho bonito, isso não é feio, que vocês estão trabalhando pra defender a vida, é melhor do que a gente saber que vocês um dia roubaram e estão presos, então isso aí é bonito, o que vocês tão fazendo”. Isso levanta o astral da gente, né. Anima.⁴

É perceptível, assim, sobretudo, que os trabalhadores protagonistas da Acata lutam em sua ação solidária para terem efetivados os direitos já legalmente garantidos, lutam não somente para poder sobreviver, mas pela sua humanidade.

Cigres

O Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos (Cigres) com sede no município de Três de Maio é fruto de uma ação política com o intuito inicial de resolver problemas sociais e ambientais causados pelo descaso histórico com o lixo, produzido tanto pelas aglomerações humanas quanto pelo consumo e produção desenfreada de sobras não consumíveis.

O pequeno município de Três de Maio, mesmo antes de sua emancipação política, ocorrida em meados dos anos de 1950, já depositava seu lixo em um lixão a céu aberto,

a cerca de mil metros da área urbana, e sem nenhum cuidado com a poluição que causava. Aos poucos foram se acumulando toneladas de lixo, inclusive produzindo insetos vetores de doenças, infectando pela proximidade a própria área urbana de onde eram provenientes, em sua maioria, os materiais depositados neste lixão. Muitas foram as vezes em que a própria degradação destes materiais provocou combustão, causando incêndios de semanas, com poluição irremediável. O que fazer para resolver este problema ambiental? Órgãos jurídicos e ambientais viam a solução nas multas milionárias aplicadas à municipalidade.

Pelo fato de esse município localizar-se no centro de uma pequena microrregião, aos poucos foi se tornando atrativo do êxodo, sobretudo rural, em um processo em que os novos moradores foram se acumulando em áreas ambientalmente insalubres. Migravam para a cidade na ilusão de encontrarem melhores condições de vida, já que o processo de modernização capitalista e conservadora da agricultura camponesa local os excluía do campo (Schönardie, 2013). Os bairros citadinos foram inchando e, sem demora, a favelização concretizou-se em um pequeno município do interior.

Terminada a ilusão de uma vida melhor no meio urbano, para muitos despossuídos de tudo restou a busca do sustento nas sobras da sociedade, no lixo. Logo, o lixão passou a ser fonte de renda, nas condições mais deploráveis, para inúmeras famílias. Imagens desoladoras da degradante situação social neste antigo lixão eram cotidianas: no momento em que um caminhão de recolhimento de lixo descarregava o material recolhido na cidade, cerca de 20 adultos, 30 crianças e uns 20 cachorros disputavam o material que ainda estava sendo descarregado. E o que é pior, um destes catadores explorava os outros, monopolizando a venda destes materiais. O que fazer para incluir socialmente estes seres humanos?

Conforme Juncá *et al.* (2000, p. 41), geralmente os catadores veem os lixões como uma extensão de sua casa, não apenas por esta encontrar-se próxima ao lixão, mas também por se constituírem ali laços que os catadores formam entre si. Este ambiente se torna familiar; é como o quintal de suas casas, servindo para confraternizações, reuniões. “Nele recolhem objetos para vender [...] quase tudo pode ser

⁴ Entrevista realizada com catadores de Ijuí, dezembro 2003.

reaproveitado, ganha nova utilidade, precisando, quando muito, ser limpo e consertado” (Juncá *et al.*, 2000, p. 41).

Aos poucos, com a rigidez cada vez maior da legislação ambiental brasileira, as fiscalizações e cobranças para que o município resolvesse o problema resultaram em multas milionárias. O poder público municipal, com o intuito de resolver este problema, já no ano de 2001, atuou no sentido de transformar o antigo lixão em uma unidade de triagem e destinação final ambientalmente correta do lixo, além de propor políticas para os catadores que aí tentavam se sustentar alimentariamente de forma desumana. Após várias tratativas e encaminhamentos, obteve sucesso um projeto aprovado junto ao Ministério do Meio Ambiente, do Governo Federal, com investimento direto de aproximadamente R\$ 512.000,00 (quinhentos e doze mil reais), além das contrapartidas financeiras das municipalidades locais. Estes recursos foram aplicados na recuperação da área degradada (o lixão propriamente dito), construções para uma “moderna” unidade de recebimento, triagem de materiais recicláveis com esteiras de triagem, prensas de material reciclável, peneiras, entre outros; além disso, investiu-se em uma unidade de compostagem de materiais orgânicos e aterros sanitários ambientalmente adaptados àqueles materiais que não são passíveis de reciclagem.

Uma das condições impostas para a aprovação do projeto foi a criação de um consórcio envolvendo vários municípios. Estes também tinham problemas ambientais e sociais com seus lixões a céu aberto. Após criado, este consórcio controlado pelos prefeitos locais passou a gerir a destinação final do lixo em sua região. O consórcio é mantido por repasses dos municípios integrantes, de acordo com a quantidade de lixo que cada um produz, além da receita proveniente da venda dos materiais que consegue reciclar. Presta contas para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Cabe aos municípios entregarem o lixo no consórcio, e a partir daí este é o responsável pela destinação desses materiais. Criou-se uma estrutura com cerca de 30 funcionários, com todos os direitos e assistência trabalhistas, selecionados em seleção pública. Estes funcionários podem ser enquadrados também como catadores de materiais recicláveis, louvavelmente com todos os direitos trabalhistas que a lei lhes garante.

E os catadores que viviam no antigo lixão? Para além do problema ambiental, entendemos

estarem no centro do processo os seres humanos envolvidos, suas vivências, suas realizações, necessidades e também desejos. Mas a situação destes nesse espaço de lixo específico, o antigo lixão, era a pior possível. Estavam expostos a todos os tipos de intempéries, tanto ambientais como relacionados à saúde e exploração econômica. Estava muito claro que eles não poderiam mais continuar nessas condições, sobretudo as crianças envolvidas no processo. Trata-se de uma responsabilidade da sociedade como um todo.

Poucos destes conseguiram passar pela seleção pública para serem admitidos no Cigres, pois suas condições de saúde não lhes permitiam trabalhos sistemáticos; além disso, muitos eram analfabetos, o que lhes impossibilitava realizar provas exigidas pelos órgãos legais para admissão no consórcio. Onde pararam estas pessoas? Várias delas foram encaminhadas aos programas governamentais de apoio, sobretudo os tutelados pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SMTCAS), do município de Três de Maio, principalmente as crianças e adolescentes envolvidos neste processo. Cabe destacar alguns dos programas em que foram incluídos estes catadores: Programa de Apoio Integral à Família (Paif), o qual ministra cursos diversos de capacitação de geração de renda, inclusive na agregação de valor a materiais recicláveis, bem como noções iniciais de alfabetização, que posteriormente foram continuadas em programa específico relacionado ao setor educativo municipal. As crianças envolvidas foram encaminhadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Os adolescentes foram encaminhados aos programas Agente Jovem e Projeto Florir, os quais visam ao desenvolvimento social e humano, em turnos inversos à escola, inclusive com capacitação inicial em profissões emergentes como floricultura. São programas direcionados para adolescentes em situação de risco social, o que caracterizava os envolvidos.

Quando relatamos aqui algumas das ações dos poderes públicos em relação aos catadores, não pretendemos fazer propaganda destas, mas problematizá-las, pois entendemos que tanto o poder público quanto a ampla sociedade carregam a responsabilidade pela garantia dos direitos humanos. E não podemos nos iludir de modo que algumas ações públicas junto aos catadores sejam transformadas em romantismos. Cabe lembrar que os catadores já são sobrantes da sociedade e que, em

Três de Maio, também são sobranes da “moderna” estrutura implantada com o Cigres. Tanto é que muitas foram as resistências; nem todos, mesmo que tivessem a possibilidade e uma melhoria pessoal iminente, abrindo-lhes novas portas na sociedade, aceitaram participar do que lhes foi oferecido. Portanto, nem tudo foi resolvido; ainda há muito para ser feito. Contudo, em relação àqueles que simplesmente deixaram de catar materiais recicláveis no antigo lixão e passaram a catar materiais nas ruas, arriscamos afirmar que tiveram uma melhoria, visto que no antigo lixão as condições humanas eram muito mais degradantes do que nas ruas.

Asmar

A Associação dos Seleccionadores de Materiais Recicláveis (Asmar), com sede no município de Três de Maio, é mais um exemplo pragmático de organização de economia social e solidária. Tem em sua base jurídica a organização como associação, mas na mentalidade de seus protagonistas é uma cooperativa, tendo na base laços sociais de cooperação. Seu impulso inicial certamente foi dado pelas mudanças sociais provocadas pela criação do Cigres. Ou seja, com o Cigres, a realidade social dos catadores passou a ser mais visível, seja nas ruas, seja em forma de pressão social. Assim, pela tutela do Estado, surgiu a Asmar.

A questão dos catadores no município de Três de Maio não estava restrita apenas àqueles que viviam no antigo lixão municipal. Cerca de cem famílias viviam e continuam dependendo diretamente do processo de catar algum material do lixo, material ainda passível de reaproveitamento, tirando daí a sua única possibilidade de sobrevivência. Para a criação da Asmar, uma das questões estava relacionada à melhoria das condições de vida dos catadores, mesmo continuando na atividade de catadores. A prática tanto histórica quanto atual tem mostrado que, através de organizações associativas, cooperativas, têm-se conquistado várias melhorias para os envolvidos. Escrevem Frantz e Schönardie, analisando incipientes organizações cooperativas de agricultores familiares, nos mesmos espaços geográficos das organizações de catadores ora abordadas,

que o caminho da organização cooperativa pode ser uma instrumentalização adequada de intervenção contra a exclusão social como processo de construção de poder, de laços sociais de identidade,

de afirmação de valores, cultura e comportamentos. Pelo menos esse é um indicador que vem das múltiplas formas de organização cooperativa que, atualmente, são implementadas, na sociedade, através das práticas de economia solidária [...]. A organização cooperativa e solidária, em termos de produção e distribuição, parecem ser depositários, novamente, de milhares de pessoas que buscam superar a situação de exclusão, seja pela pouca renda ou pelo desemprego (2006, p. 8).

A partir da perspectiva da (re-)inclusão social através da cooperação, a Asmar também é fruto da preocupação de pessoas ligadas ao poder público, não importando neste momento a análise dos interesses dessas pessoas e desses poderes. A conjuntura de exclusão do espaço geográfico, historicamente constituído, com grande número de pessoas vivendo de catar materiais recicláveis, certa pressão causada pela criação do Cigres, as ações do Paif, além de outros interesses, provocaram uma (re)-ação por parte do poder público no sentido de organizar os catadores. Após diversas reuniões, foi enfim fundada a Asmar, que conta com um estatuto que permite admitir como sócios tanto catadores como colaboradores, estes de imediato assumindo o controle da associação, tanto em nível político quanto econômico.

Mesmo que cerca de cem famílias vivam do trabalho de catar lixo, nem todas foram envolvidas na Asmar. Segundo relato dos protagonistas da experiência, ao iniciar as discussões, havia a participação de, aproximadamente, 60 pessoas, mas aos poucos esta participação foi se reduzindo, para nos primeiros meses associar cerca de 15 famílias, que imediatamente, tal como na Acata, apresentarem rotatividade associativa, ou seja, entradas e saídas de associados. Pôde-se observar certa resistência dos catadores à criação de uma associação; dentre as causas, os próprios catadores apontam: problemas de relacionamento, desconfiança em relação ao poder público, falta de instrução, poucas experiências no coletivo, o imediatismo de resultado, entre outros. Contudo, após a observação de que resultados econômicos começavam a se esboçar pelo trabalho coletivo, houve maior interesse de participação, inclusive de catadores não associados.

É preciso estar ciente de que o sucesso inicial nas atividades da Asmar possui uma ligação direta com a tutela do Estado. Além do poder público municipal tutelar a criação, o suporte burocrático, a elaboração de projetos para buscar equipamentos, custeou, na fase inicial, o aluguel de um galpão para servir de

local de trabalho, subsidiou um zelador para cuidar/vigiar os materiais dos catadores no galpão, e fez alguns repasses financeiros iniciais. Além disso, um político local, ligado ao governo municipal, foi o mentor e, como colaborador externo, primeiro presidente da Asmar.

Convém, contudo, destacar que, mesmo com esta forte tutela assistencialista, imediatamente foi possível gerar receita com a venda dos materiais reciclados. E esta receita, além de ser redistribuída entre os associados catadores, também foi em parte utilizada para aquisição e uso de equipamentos de proteção individual, tais como luvas, jalecos, botas, amenizando assim a insalubridade e melhorando efetivamente as condições de trabalho dos associados. E tal como aconteceu com a Acata, foram feitos projetos para aquisição de sede própria, etc., com vistas à autossuficiência da associação.

Assim como a Acata, a Asmar também resiste até a atualidade. No decorrer desta última década, foram inúmeros os percalços. Por exemplo, a mudança política ocasionou rupturas na tutela financeira e mesmo organizacional. A rotatividade e, ao mesmo tempo, diminuição de associados foi consequência óbvia. E ainda, tal como havia exploração entre os próprios catadores no antigo lixão, conforme supracitado, e ocorria o precedente do controle externo da Asmar em seu início, a prática da apropriação dos resultados por parte de uns continuou sendo permitida em toda a história da Asmar.

Mas não resta dúvida de que desde o início da associação, quando os catadores associados começaram a recolher materiais recicláveis nas ruas de forma uniformizada, muito mais do que aumentar sua autoestima, as relações entre os trabalhadores do lixo com a sociedade local sofreram enormes transformações e num sentido positivo. E a perspectiva da educação pela cooperação é fato nas experiências de economia social e solidária aqui em foco.

A relação entre educação e cooperação na base da economia social e solidária

As experiências de economia social e solidária, seja as acima apresentadas, seja todas as demais espalhadas pelo globo terrestre, muito para além de seus objetivos imediatos de (re-)incluir pessoas, melhorando as suas condições de trabalho, renda, moradia, alimentação, salubridade, saúde, etc., têm em seu bojo

a perspectiva educativa, que se dá pela práxis entre os cooperantes e a sua interação com a sociedade. A vivência pela práxis cotidiana em um ambiente de cooperação as faz educativas. A cooperação é percebida aqui entre associados e associadas, e destes e destas com a sociedade e suas instituições. Nas experiências de economia social e solidária, os sujeitos cooperaram desde os debates para a implantação de suas organizações até o funcionamento e gestão das mesmas. Conforme Falkembach,

enquanto o grupo vai fazendo, vai aprendendo, vai descobrindo coisas, vai conquistando vitórias, no seu bairro, na sua localidade, no seu município. Vai conquistando a parte que lhe cabe, que ele tem direito de possuir, mas que até hoje está em outras mãos. E com isso vai-se organizando (1987, p. 30).

O processo educativo dos seres humanos, para nós, começa na mais tenra idade. Para Vigotski, “as risadas, o balbucio, os gestos e os movimentos são meios de contato social a partir dos primeiros meses de vida da criança” (2000, p. 130). Assim a educação, ou o processo educativo, se dá muito para além da educação formal praticada na escola. O cotidiano vivenciado pelos cooperantes em processos de economia social e solidária é educativo por excelência.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (Brandão, 2006, p. 7).

Para os catadores, as ruas e a convivência nelas e especificamente a cooperação com seu grupo são, assim, educativas. A vida é, assim, desde a mais tenra infância, espaço educativo. Para Libâneo,

há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo [...] A mídia atua na modificação de estados mentais e afetivos das pessoas não apenas pela propaganda, mas também disseminando saberes e modos de agir nos campos econômico, político, moral, veiculando mensagens educativas, relacionadas com drogas, preservação ambiental, saúde, comportamentos sociais etc., nas empresas, há atividades de supervisão do trabalho, orientação de estagiários, formação profissional em serviço. Na esfera dos serviços públicos estatais, disseminam-se várias práticas pedagógicas de assistentes sociais,

agentes de saúde, agentes de promoção social nas comunidades etc. (2004, p. 27).

Libâneo também escreve que

vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não-escolares (2004, p. 27).

Os catadores passam a ser, em seu meio e com suas experiências, agentes pedagógicos. As instituições de economia social e solidária surgem da organização de pessoas na sociedade, de movimentos sociais, sendo, portanto, espaços de educação mais relacionados à informalidade e à não formalidade, as quais têm hoje um protagonismo cada vez maior na formação de gerações inteiras, o que é provocado pela exclusão de pessoas das instituições formais – escolas –, pelo fato de terem de adentrar no mercado de trabalho ainda muito jovens, como no caso das crianças e adolescentes que viviam no antigo lixão de Três de Maio, por pura necessidade de sobrevivência. Conforme Juncá *et al.* (2000, p. 51), “se as crianças de ontem ingressavam no mercado de trabalho pela via da lavoura, da serventia doméstica ou do comércio ambulante, muitas hoje, começam catando lixo”.

Para Libâneo (2004, p. 14), “as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais, não formais, informais”.

Para Gadotti (2004, p. 28), “a pedagogia da práxis é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, os afronta, desocultando-os”. O mesmo autor ainda se refere à pedagogia da práxis não ser inventada a partir do nada, mas ter essa carga histórica e inspirada na dialética (2004, p. 28). Este é o espaço de educação dos catadores, o espaço da prática do dia a dia, construída nos conflitos, nas ações, nas contradições, nas necessidades, na afronta, nas experiências das pessoas, na conjuntura social. Esse cenário é acentuado pelo fato de poucos catadores terem instrução escolar formal; assim a *práxis* do dia a dia é o seu espaço de educação quase que exclusivo.

Passemos a um exemplo bem concreto do conhecimento construído pelos catadores pela *práxis*, relacionado à praticidade com que separam os materiais recicláveis. Eles aprenderam a reconhecer diferentes tipos de plásticos

a partir do som que estes emitem ao serem manuseados. Para nós, leigos no assunto (muitas vezes portadores de diploma universitário), parece tudo igual, tudo lixo. Para os catadores, além das diversas classificações de materiais recicláveis relacionadas com elementos da natureza que nós não identificamos, este é um conhecimento como se fosse natural. O caso dos copinhos plásticos que boa parte das pessoas utiliza para tomar seu cafezinho merece atenção: são todos brancos, do mesmo tamanho e forma, mas os catadores, na triagem que fazem, apenas os manuseando, os classificam pelo som, pois são feitos de diversos tipos de plásticos, que possuem valores econômicos diferentes. Este é o conhecimento adquirido no espaço da prática diária. Numa sociedade que valoriza o conhecimento, estas questões deveriam, no mínimo, ter mais atenção.

Estes conhecimentos auferidos na prática são partilhados dentro das organizações que têm sua base na economia social e solidária. Constituem elas, assim, espaços privilegiados para a prática da cooperação, que por sua vez é também constituída entre concordâncias e contradições. Para Frantz *et al.* (2006, p. 26), o termo cooperação “indica um horizonte para além das questões apenas materiais da economia. É um termo que encerra a noção de valores, de comportamentos, de ideais mobilizadores dos seres humanos”. Portanto, indica um espaço de educação, de construção de valores comportamentais, além de recuperar a autoestima mobilizadora dos seres humanos, tudo isto no processo da prática vivida pelos catadores envolvidos em organizações coletivas, bem como do restante da sociedade que os observa e também se educa nesse processo.

As raízes das experiências de economia social e solidária protagonizadas pelos catadores de lixo certamente são muito mais profundas do que o pioneirismo regional do Movimento Comunitário de Base de Ijuí. Certamente acompanham a história da humanidade, desde muito antes da primeira experiência cooperativa moderna dos *Probos Pioneiros de Rochdale* (Holyoake, 2005). Faust escreve que, desde que os seres humanos habitam a humanidade, sempre que puderam, organizaram-se coletivamente, juntaram forças, para satisfazer suas necessidades (1977, p. 17). Essa organização coletiva é a base do que Durkheim (Costa, 1997) chama de *solidariedade mecânica*, na qual os indivíduos se identificam através do pertencimento a uma mesma coletividade e ajudam-se mutuamente para satisfazer suas necessidades.

Para Rodríguez (2002, p. 347), analisando cooperativas recicladoras na Colômbia, “a necessidade de uma estratégia econômica e social foi claramente percebida pelos líderes dentro da comunidade recicladora e por algumas organizações não-governamentais e entidades governamentais”. A mesma necessidade de uma estratégia econômica e social foi protagonizada pelos catadores da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Rodríguez também vê a necessidade da intervenção do Estado como uma estratégia essencial para essas organizações fazerem frente à globalização neoliberal como uma alternativa viável (2002, p. 338). Aponta, ainda, que “os atores sociais, objeto da exploração, encontram caminhos de emancipação...” (Rodríguez, 2002, p. 354). O estudo das experiências de economia social e solidária aqui apresentadas também aponta para caminhos de emancipação. As iniciativas de economia social e solidária podem assim fazer com que os “lixos” da sociedade passem a ser reconhecidos como sujeitos cidadãos, não apenas como possíveis novos consumidores, ou seja, como ironiza Moody (1997), não apenas pessoas para sair às ruas para ver vitrines, mas sim conscientes de sua situação.

A cruz e a espada carregadas pela economia social e solidária

A história nos mostra que os Cruzados carregavam a espada e a cruz unificadas. Os limites da economia social e solidária podem representar sua espada, e as conquistas a cruz, apresentando-se difusos. Já viemos apontando conquistas e contradições dos processos econômicos e sociais com base na solidariedade durante o desenvolvimento do presente texto. Percebemos premente, entretanto, à luz de nossa hipótese e das questões auxiliares inicialmente levantadas, retomar algumas destas contradições e das conquistas já apontadas, reforçando-as criticamente, e elencar outras, sem, no entanto, querer esgotar o assunto, mas, como apontado na introdução, provocar o debate. Esta abertura é importante, para que, por um lado, não façamos condenação cega da economia social e solidária, sobretudo quando uma experiência específica não alcança resultados imediatos, e, por outro lado, para que não a romantizemos.

A partir de observações, interações, pesquisas e mesmo da participação em empreendimentos solidários, logo nos damos conta de que muitos são os limites contraditoriamente

apresentados. Logo percebemos uma quase absoluta tutela assistencialista, paternalista, criando dependência dos catadores e catadoras e de suas incipientes organizações. Observamos que a maioria dos catadores são uma espécie de clientes das entidades beneficentes, sejam elas públicas ou privadas, o que é refletido, por exemplo, na distribuição de cestas básicas. Isto gera um círculo vicioso paternalista, pois enquanto as entidades de catadores são tuteladas com subsídios, seja os oriundos do poder público, seja das próprias Incubadoras, e inclusive de campanhas esporádicas de clubes de serviço, os doadores passam também a ser gestores da economia social e solidária, o que por sua vez gera pouca autonomia para autogestão. Esse processo é facilitado pela falta de instrução formal das pessoas que procuram cooperar para sobreviver, por exemplo, em ambientes em que se trabalha com o lixo. Dessa forma, conforme Juncá *et al.* (2000, p. 45), acostumam-se a receber benefícios assistencialistas, em que

a assistência que lhes é prestada ganha lugar de destaque, sensibiliza a comunidade para novas medidas assistencialistas, [e chegam] aos catadores como sinônimo de obrigação. Com isto, em vez de serem estimulados a cobrar seus direitos de cidadania, os catadores passam a cobrar novas doações, bem como a qualidade e a quantidade do que lhes é trazido (2000, p. 45).

A partir do tutelamento das experiências de economia social e solidária dos catadores de lixo, os cooperantes passam a ser uma espécie de clientes políticos de pessoas e organizações. A constituição da Asmar é um exemplo esclarecedor. Assim, a obtenção de vantagens políticas move muitos dos interesses que sustentam o auxílio à economia social e solidária. As cartas de direitos garantem o auxílio através de políticas de Estado, mas estas são indevidamente apropriadas pelos seus agentes, sejam eles públicos ou privados.

Uma das consequências diretas destes tutelamentos está, assim, na potencialização propagandista da ‘ajuda’. Com verdadeiras campanhas de *marketing*, apresentam iniciativas de economia social e solidária de forma idealizada, sem mostrar diretamente as realidades sociais, econômicas e ambientais dos envolvidos. Certamente é necessária e benéfica a melhora da imagem dos catadores, mas isto não pode acontecer pela promoção interesseira.

É sabido que boa parte dos catadores, pela sua falta de instrução formal e experiências

de cooperação, tem dificuldades em assumir imediatamente o planejamento e gestão de seu empreendimento solidário. Por isso, a importância da incubação. Mas daí decorre outro problema relativo à tutelação. Mais uma vez o caso da Asmar pode nos apresentar questionamentos, que se dão na possibilidade, efetivamente concretizada, de agentes externos poderem ser sócios colaboradores, que, com seus interesses políticos, assumem o controle absoluto da associação. Destes, também associados, ouviu-se: “eles, os catadores”. Isto acaba gerando um conflito interno, que provoca certo sentimento de inferioridade naqueles a quem a organização realmente interessa.

Já citamos anteriormente, em diversas ocasiões, que o trabalho com o lixo é dos mais insalubres possíveis. No lixo são jogados desde alimentos ainda consumíveis até os resíduos mais tóxicos de químicos e inclusive elementos radioativos, presentes em diversos produtos descartados da sociedade de consumo. Por isso, o trabalho com o lixo deveria ter uma das mais sofisticadas infraestruturas, percebidas aqui desde os equipamentos de proteção mais elementares. Mas uma das grandes lacunas observadas junto aos trabalhadores do e com o lixo é a precária infraestrutura. Por um lado, não estão cientes da necessidade de usar equipamentos de proteção; por outro lado, a falta de infraestrutura começa exatamente no mais elementar, ou seja, em sua maioria, mesmo os trabalhadores solidariamente organizados e tutelados não possuem nem mesmo luvas e jalecos adequados, sem falar em equipamentos adequados de triagem e prensagem, edifícios de trabalho e armazenagem. Assim cabe perguntar de imediato se é compromisso do Estado prestar assistência para que as condições dos catadores melhorem ou, de outra forma, incubar empreendimentos de economia social e solidária de catadores de lixo? Ou seria função do Estado e da sociedade, produtora de lixo, criar condições para que os hoje excluídos, catadores de lixo, tenham outras ocupações formais e que o trabalho com o lixo fosse destinado a órgãos como o Cigres, que precisa seguir toda a legislação trabalhista e ambiental? Seriam estas perguntas e suas respostas/soluções carregadas de utopia?

Rodríguez (2002, p. 338) é taxativo ao afirmar que organizações de economia social e solidária de catadores de lixo precisam necessariamente de apoio e intervenção governamental. As condições de conhecimento formal, saúde, preparo para o trabalho,

os custos para o manuseio menos insalubre do lixo e o compromisso de toda a sociedade produtora de lixo, representada pelo Estado, trazem a necessidade desta intervenção. Há pessoas que catam lixo isoladamente, como no antigo lixão do município de Três de Maio, e mais que isso, exploradas capitalisticamente por outrem. Neste sentido, a organização solidária tem potencial de, pelo menos, amenizar os problemas.

Admitindo e aceitando-se empreendimentos solidários de catadores, surge também a necessidade da incubação dos processos cooperativos na base da economia social e solidária. Historicamente, no início das organizações cooperativas, poucos são os que realmente conhecem o que este ideário representa, mas aos poucos vão se capacitando ao redor do tema, geralmente em decorrência das dificuldades cotidianas. É natural esta falta de compreensão, mas se é difícil organizar uma entidade de cooperação entre pessoas altamente instruídas formalmente, o que dizer deste tipo de organização entre pessoas sem escolarização, sem formação profissional? Obviamente que as aprendizagens coletivas precisam se dar continuamente na práxis. A incubação ou assessoria pode, entretanto, contribuir para a construção solidária.

A condição social real dos catadores de lixo não pode ser perdida de vista. Esta explica em parte a facilidade com que aceitam tutelas a partir do mínimo que lhes é oferecido e ainda ficam gratos, atrelados a quem lhes oferece, por vezes, migalhas. Os catadores, na sua condição de exclusão social, econômica e ambiental, certamente possuem mais que semelhanças com a categoria social do *Lumpenproletariat* descrito por Marx e Engels (2001). Sua condição de absoluta exclusão faz com que, com facilidade, seja atraído, ora pelo proletariado consciente, ora por classes reacionárias (Marx e Engels, 2001, p. 44-45). A pobreza extrema, produzida pelo modo de produção capitalista neoliberal, transforma os catadores de lixo em lumpenproletários e, ao mesmo tempo, os conquista pelo assistencialismo tutelar, passando os excluídos na sua ilusão de, por ora, estarem prestando um serviço ambiental, nomeadamente, limpando as cidades, legitimando as mazelas do sistema produtivo e, ao mesmo tempo, servindo para amenizar parte dos complexos problemas causados pelo próprio modo de produção vigente.

A pesquisa precisa aprofundar bastante a questão do fato de estar se criando, seja entre

instituições e sociedade em geral, seja nos próprios catadores, um ideário de que estes teriam de ser pagos pelo serviço ambiental de limpeza das cidades, de que estes estariam na responsabilidade de recolher o lixo das ruas. “[...] Ao invés de o prefeito pagar para limpar a cidade, os papeleiros é que limpam [...]” (Catador). Julgamos ser esta uma das questões completamente abertas. Parece-nos contundente levantar a hipótese de que a atribuição da responsabilidade dos catadores sobre o lixo é mais uma faceta da reprodução do modo de produção capitalista, e que, mais uma vez, os já mais pauperizados estejam sendo condenados a assumir o compromisso de resolver as mazelas.

Mesmo com muitos limites e contradições, não resta dúvida de que a organização a partir da perspectiva da economia social e solidária tem trazido melhorias, conquistas para os sujeitos cooperantes e para a sociedade em geral. Obviamente, mesmo em organizações coletivas de catadores que já tenham mais que uma década, estas conquistas ainda são incipientes, ou seja, não estão consolidadas, mas seus reflexos positivos são inegáveis. Em primeiro lugar, é percebida a melhora da autoestima dos catadores, que se percebem agora como parte protagonista, como integrantes da sociedade. Percebem assim a possibilidade e ao mesmo tempo concretizam um novo modo de vida, com indicativos do exercício de cidadania. Logo há implicações que carregam novas relações de poder e de saber. Uma vez participando de processos coletivos, não mais aceitam tão facilmente serem subjugados. Conquistam, assim, relativa autonomia. Esta se dá a partir da “intensidade das relações consigo, das formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se e promover a própria salvação” (Foucault, 1999, p. 48).

O reconhecimento de “si” pelo reconhecimento dos semelhantes, com força coletiva, é resultado da reconstrução e reafirmação dos catadores associados solidariamente. Os trabalhadores do lixo percebem que estão fazendo um trabalho que tem valor, é necessário para e na sociedade, com o qual proveem seu sustento, colaborando, ainda, para a diminuição da devastação ambiental, ocasionada pelos excessos da sociedade consumista. Mesmo que se questione o compromisso que a sociedade lhes quer impor na condição de limpadores do ambiente, sua contribuição é inegável. Pela organização solidária, passam

a superar a vergonha de serem trabalhadores que tiram seu sustento do lixo. “A gente sabe que o trabalho que a gente faz é importante...” (Catador).

O apoio do Estado, mesmo que numa forma paternalista, também traz benefícios, que vão muito além de beneficiarem somente os catadores propriamente ditos. Pelas experiências de economia social e solidária observadas, sempre que o Estado estava presente de alguma forma, sobretudo as crianças, filhas dos catadores e das catadoras eram procuradas para serem incluídas em projetos, tais como o Florir e o Agente Jovem, que procuram trabalhar a educação de forma integralizada. O poder público usa de artifícios, auxiliando os catadores, quando estes se comprometem, por exemplo, com a obrigatoriedade dos filhos frequentarem a escola e, em turno inverso, os projetos específicos. Primeiramente é mister observar que as crianças são, desta maneira, retiradas do ambiente insalubre do trabalho com o lixo, que anteriormente era a sua única ‘casa’, pois tinham que ajudar a auferir a renda familiar. Como a renda, fruto da venda coletiva pela associação da coleta de resíduos aproveitáveis, tende a ser maior, e por vezes os projetos que incluem as crianças e adolescentes concedem para estes auxílios financeiros, passam a estar livres para a escola. A longo prazo, certamente é de se esperar que a futura geração tenha condições de se inserir no mercado formal de trabalho. De imediato se torna necessário observar que os resultados da economia social e solidária vão muito além do imediatismo, mas este também é necessário, pois os catadores precisam sobreviver.

Mesmo que os riscos para os trabalhadores do lixo coletivamente organizados ainda sejam grandes por não possuírem as condições de infraestrutura e segurança necessárias, tem se notado uma significativa melhora das condições de trabalho, que agora, por exemplo, lhes abre a efetiva possibilidade do uso de equipamentos de proteção individual, tais como luvas, botas, jalecos, uniformes. Também, como agora comercializam coletivamente, além de terem maior poder de negociação, eliminam atravessadores, o que lhes possibilita o incremento de suas rendas, preenchendo em parte o imediatismo de resultado esperado. E este imediatismo não pode ser completamente condenado, pois, conforme acima afirmado, sobrevivem do pouco que extraem do lixo.

Pela economia social e solidária, a exclusão social é literalmente vencida por alguns, que

pela cooperação com seus semelhantes, resistem por um lado e por outro constroem alternativas. Para Frantz e Schönardie, a cooperação e as organizações cooperativas

podem se transformar em instrumentos de combate à exclusão social, fundamentalmente, quando se constituem em espaços de poder ou campos de educação, instrumentalizando os seus integrantes, recolocando-os na estrutura de relações sociais (2006, p. 13).

Para Rodríguez, “o trabalho coletivo na cooperativa tende a gerar laços de solidariedade que reduzem a falta de confiança nos companheiros e no resto das pessoas alheias ao círculo familiar que caracteriza os recicladores” (2002, p. 354). Nas organizações de economia social e solidária no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, essa também é uma realidade. Há uma construção de confiança, tanto nos companheiros como nas demais pessoas, que se viam inicialmente como potenciais concorrentes, mas que querem apenas viver em harmonia. Também as famílias dos envolvidos passam a ser mais sólidas, construídas dialogicamente no conflito produtor de consenso. Ao mesmo tempo, as relações sociais ganham outras dimensões. “Pessoas-lixo” deixam de ser caracterizadas dessa maneira e são reconhecidas como seres humanos. Conquistam este lugar pelo trabalho, que continua, mesmo tomando formas diversas na atualidade capitalista, tendo seu lugar de centralidade. Mas neste caso o trabalho ainda se dá com as sobras da sociedade.

Para não concluir, é importante retomar a hipótese básica de nosso estudo. Partimos da proposição admitida de que a economia social e solidária constitui, na cooperação entre sujeitos e coletivos, espaços privilegiados de educação. É fato que sujeitos e coletivos, ao participar de experiências solidário-coletivas, mudam suas mentalidades e consequentemente suas ações, refletindo sobre seu contexto, primeiramente em seu meio, em sua família e também em toda a sociedade; esta, aliás, vendo a movimentação e organização social solidária, se reeduca, percebendo, por exemplo, os catadores de outra forma. A educação se manifesta, assim, pelo trabalho, pela vivência, pela práxis cotidiana da economia social e solidária, e esta traz, desta forma, muito mais do que (re-)inserção social e econômica. Obviamente que os espaços educativos acontecem nas conquistas e nos fracassos e também

nas contradições, ou seja, mesmo que sujeitos participem apenas por um período curto de uma associação solidária e ainda que as experiências organizativas fracassem, construíram conhecimento, geraram aprendizado, (re-)educaram-se ao participarem. A economia social e solidária permite, assim, que excluídos possam tornar-se protagonistas. E todos aqueles e aquelas que se tornam protagonistas ultrapassam a fronteira do imediato, superam a simples expectativa dos resultados tácitos, pois carregam estas novas experiências educativas para toda a sua vida e ainda as passam para as futuras gerações.

Referências

- BECKER, H. 1999. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: H. BECKER, *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4ª ed., São Paulo, Hucitec. p. 47-64.
- BRANDÃO, C.R. 2006. *O que é educação*. São Paulo, Brasiliense, 116 p.
- COSTA, C. 1997. *Sociologia. Introdução à ciência da sociedade*. 2ª ed., São Paulo, Moderna, 106 p.
- FALKEMBACH, E.M.F. 1987. *Planejamento participativo e movimentos sociais*. Ijuí, Ed. Unijuí, 69 p.
- FAUST, H. 1977. *Geschichte der Genossenschaftsbewegung: Ursprung und Aufbruch der Genossenschaftsbewegung in England, Frankreich und Deutschland sowie ihre weitere Entwicklung im deutschen Sprachraum*. 3ª ed., Frankfurt am Main, Fritz Knapp Verlag, 782 p.
- FOUCAULT, M. 1999. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 247 p.
- FRANTZ, W. 2005. *História da educação para a cooperação: A experiência do movimento comunitário de base de Ijuí*. Texto de aula do Mestrado em Educação nas Ciências. Ijuí, Unijuí.
- FRANTZ, W.; HILGERT, V.; CORRÊA, R. 2006. *A História do cooperativismo de crédito em Panambi: Uma trajetória de 75 anos*. Ijuí, Ed. Unijuí, 125 p.
- FRANTZ, W.; SCHÖNARDIE, P.A. 2006. A organização cooperativa como caminho de resistência à exclusão social: Limites e possibilidades. In: *El Cooperativismo Latinoamericano. Visión integrada de lo económico y lo social*. IV Encuentro de Investigadores Latinoamericanos en Cooperativismo, IV, Rosario, 2006. *Annales...* p. 1-15.
- GADOTTI, M. 2004. *Pedagogia da Práxis*. 4ª ed., São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire, 333 p.
- HOLYOAKE, G. J. 2005. *Os 28 tecelões de Rochdale*. 9ª ed., Porto Alegre, WS Editor, 95 p.
- JUNCÁ, D.; GONÇALVES, M.; AZEVEDO, V. 2000. *A mão que obra no lixo*. Niterói, EDUFF, 121 p.
- LIBÂNEO, J. C. 2004. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 7ª ed., São Paulo, Cortez, 208 p.
- MARX, K.; ENGELS, F. 2001. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 256 p.

- MOODY, K. 1997. *Workers in a Lean World*. London, Verso, 350 p.
- RODRÍGUEZ, C. 2002. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: O caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: B.S. SANTOS (org.), *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 329-368.
- SABOURIN, E. 2009. *Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 328 p.
- SANTOS, M. 1994. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec, 94 p.
- SCHÖNARDIE, P.A. 2013. *Bäuerliche Landwirtschaft im Süden Brasiliens: Historische, theoretische und empirische Studie zu Ernährungssouveränität, Modernisierung, Wiederbelebung und Staatsfunktion*. München, Oekom, 394 p.
- SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2005. Subsecretaria de Comunicação Institucional. *Boletim em Questão Especial nº 13*. Brasília, 10 de out.
- VYGOTSKY, L.S. 2000. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 496 p.

Submetido: 26/04/2016

Aceito: 08/09/2016